AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Perspectivas econômicas no Brasil a partir das Eleições e Panorama Econômico Mundial
Os Fundos de Pensão e a Economia dominada pelo Sistema da Dívida

XXII Seminário de Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR/RS
PAINEL 1 – Conjuntura Política e Econômica após as Eleições
26 de novembro de 2026

Conjuntura Nacional marcada por acirrada disputa eleitoral
MOBILIZAÇÃO SOCIAL DEU QUARTO MANDATO AO LULA
O maior desafio é enfrentar os privilégios do Sistema da Dívida

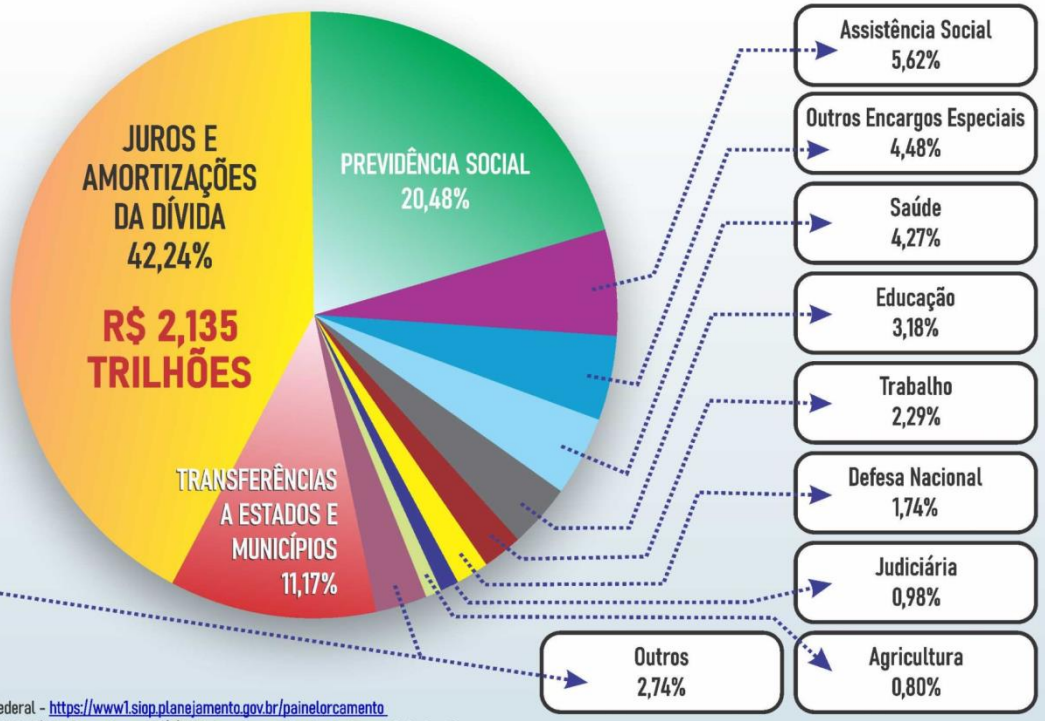
- Movimentos de Bolsa e dólar tentam impor o projeto econômico derrotado nas urnas, com aprofundamento do ajuste fiscal, contrarreformas e privatizações;
- Austeridade fiscal representa ameaça aos direitos sociais e à estrutura do Estado, além de pavimentar o caminho para aprovação de contrarreformas da Previdência e Administrativa (PEC 38/2025);
- Riscos à soberania nacional decorrentes da possibilidade de dolarização (Resolução BC nº 575/2026);
- Risco de ampliação da desvinculação do BC em relação aos poderes constituídos e com poder para adquirir "papéis podres" de instituições financeiras (PEC 65/2023);

ACD protocolou CARTA AO PRESIDENTE LULA: enfrentar a "*babaquice do superávit*", os privilégios do Sistema da Dívida e aprovar o limite de juros no Brasil (PLP 104/2022), a fim de garantir investimentos socioeconômicos e ambientais efetivos....

Gastamos mais de R$ 2 trilhões com o Sistema da Dívida em 2025

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443

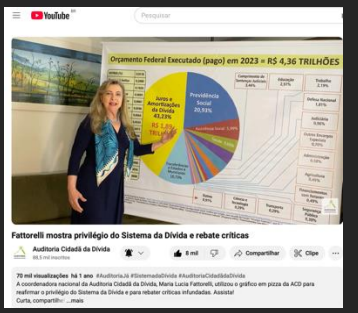


AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

FONTE: Painel do Orçamento Federal - https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento
ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentre as quais as "Emendas Pix", no valor de R$ 6,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Raio X das Emendas Parlamentares".

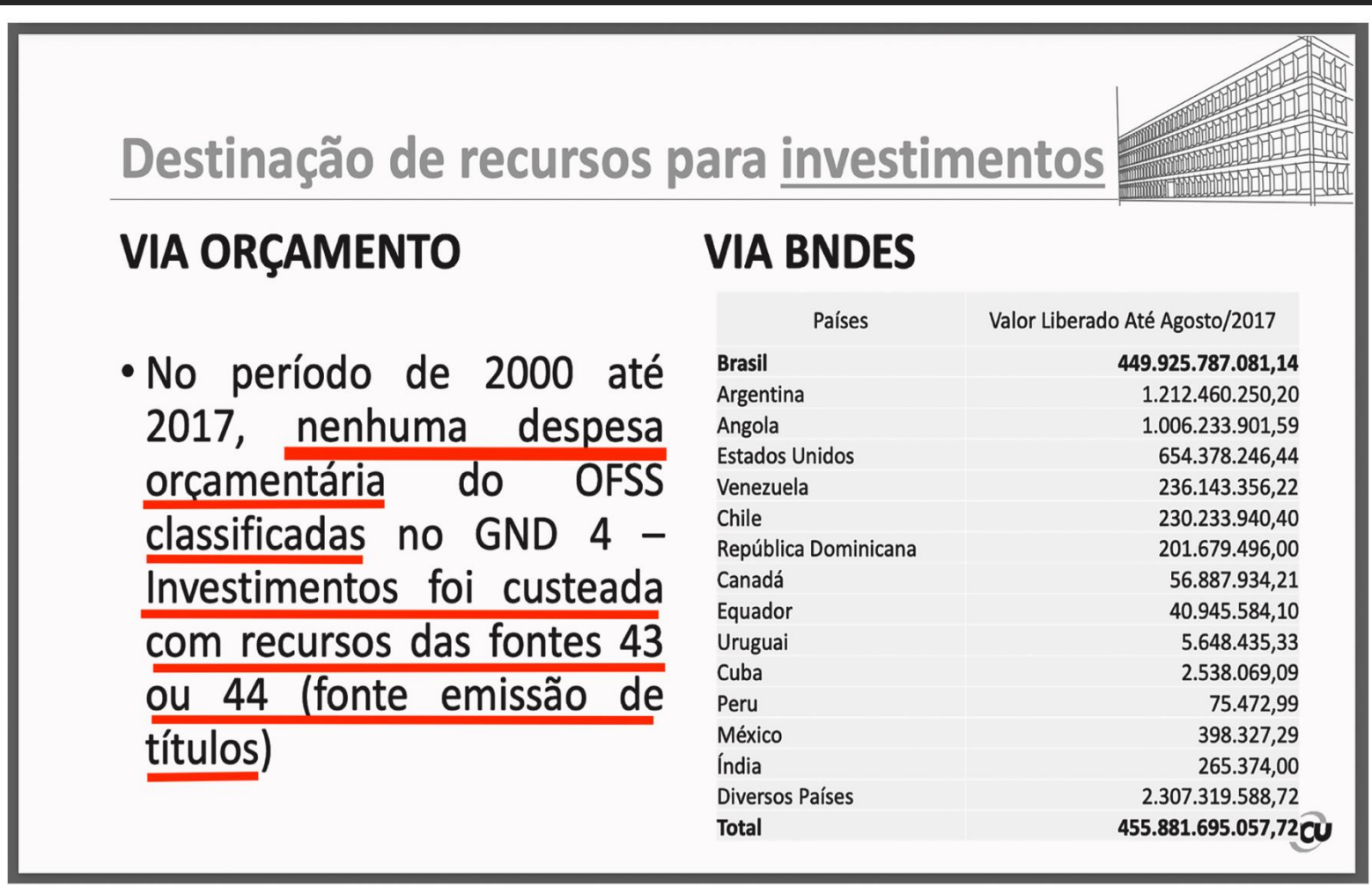
QUE DÍVIDA É ESSA?



https://www.youtube.com/watch?v=gx0fvjCy7gI&t

https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2026/02/caso-de-policia-gastamos-mais-de-r-2-trilhoes-com-o-sistema-da-divida-em-2025/

TCU confirmou que a dívida pública federal não tem contrapartida em investimentos



Destinação de recursos para investimentos

VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	**449.925.787.081,14**
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	**455.881.695.057,72**

TCU

Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/

https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

"SISTEMA DA DÍVIDA"

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- Sistema Financeiro: BIS, FMI, BM, BID, BC



Dominação financeira e graves consequências sociais

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país https://bit.ly/2NTPlJo

Tem servido para:

https://bit.ly/36AbwLJ

- Pagar os juros da própria dívida
- Veículo de transferência de recursos públicos para bancos
- Justificativa para contrarreformas
- Justificativa para privatizações
- Responsável pelo Teto de Gastos e arcabouço fiscal
- Consome a maior fatia do orçamento federal todos os anos.

RELAÇÃO ENTRE O SISTEMA DA DÍVIDA E OS FUNDOS DE PENSÃO

- SUCESSIVAS CONTRARREFORMAS DA PREVIDÊNCIA TÊM DESMONTADO A **PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA E UNIVERSAL** NO BRASIL: quebra do princípio da solidariedade e da responsabilidade do Estado, sempre mediante a utilização de argumentos falaciosos e propaganda abusiva.

- MIGRAÇÃO CADA VEZ MAIOR PARA OS FUNDOS FINANCEIROS NA MODALIDADE DE **CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**, PORÉM, O BENEFÍCIO DEPENDERÁ DO COMPORTAMENTO DO MERCADO:

  - Fundos Previdenciários Privados, de natureza aberta, vendidos por instituições financeiras
  - Fundos de Pensão fechados
  - Previdência Complementar dos Regimes Próprios
  - Tentativa de implantação de Capitalização Individual no INSS

RELAÇÃO ENTRE O SISTEMA DA DÍVIDA E OS FUNDOS DE PENSÃO

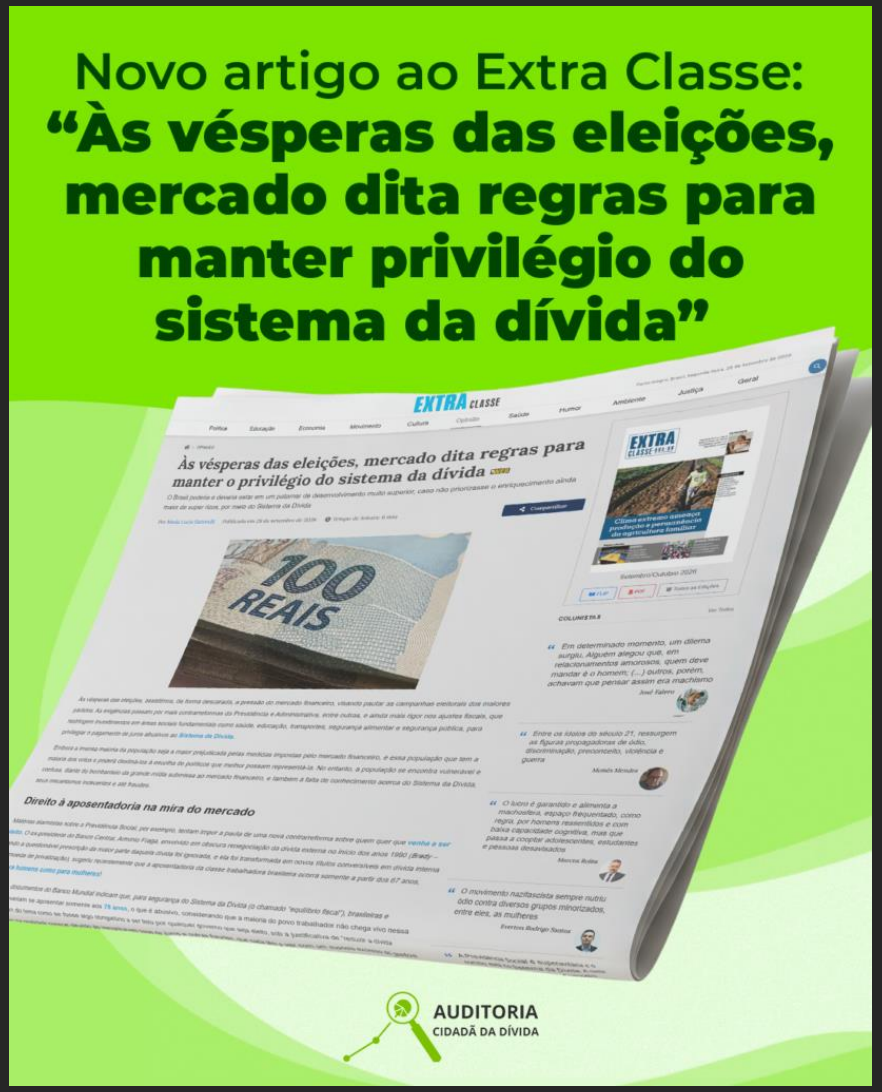
- SUCESSIVAS CONTRARREFORMAS DA PREVIDÊNCIA TÊM DESMONTADO A **PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA E UNIVERSAL** NO BRASIL:

➢ **EMENDA CONSTITUCIONAL 41/2003** limitou o teto do Regime Geral e permitiu que todos os entes federados instituíssem um regime de previdência complementar na modalidade de contribuição definida.

➢ **EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019** implementou mudanças estruturais nocivas. A entidade pode ser Aberta (S/A com fins lucrativos) e qualquer pessoa (inclusive PJ) pode se associar. Constou da proposta de emenda enviada ao Congresso a tentativa de implementação de CAPITALIZAÇÃO INDIVIDUAL, semelhante a uma conta de poupança individual privada, sem a participação do Estado e sem qualquer segurança em relação ao benefício futuro. Devido ao elevadíssimo custo de transição e exemplos fracassados no exterior, principalmente no Chile, essa parte foi suprimida.

RISCO IMINENTE DE NOVA CONTRARREFORMA EM 2027

Durante o processo eleitoral em 2026, mercado financeiro ditou regras para futuro governo



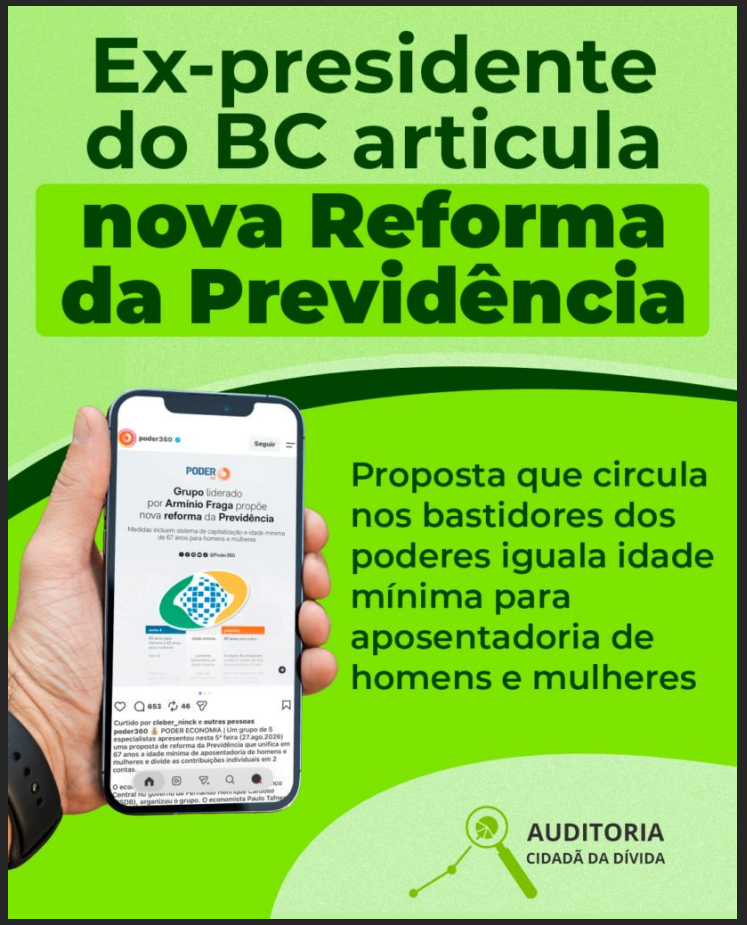
https://auditoriacidada.org.br/conteudo/maria-lucia-fattorelli-no-extra-classe-as-vesperas-das-eleicoes-mercado-dita-regras-para-manter-o-privilegio-do-sistema-da-divida/

- Armínio Fraga: “*Aposentadoria só a partir de 67 anos para homens e mulheres!*”
- Banco Mundial: “*Brasileiros deveriam se aposentar somente aos 78 anos*!”

➢ A pressão do mercado financeiro visa preservar os privilégios do Sistema da Dívida, enquanto exige reformas Previdenciária, Administrativa, “ajuste fiscal” e privatizações.

- Retirada de idosos que não contribuíram durante a vida do BPC
- Inserção da capitalização.
- Desindexar o reajuste do BPC do salário mínimo.
- Acabar com pensões de dependentes.

Risco iminente de nova Contrarreforma da Previdência



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ex-presidente-do-bc-articula-nova-reforma-da-previdencia/



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/nova-reforma-da-previdencia-ja-esta-engatilhada-contra-o-povo-brasileiro/

RELAÇÃO ENTRE O SISTEMA DA DÍVIDA E OS FUNDOS DE PENSÃO

LASTRO: **Fundos previdenciários têm sido lastreados principalmente em títulos públicos**, mas investem também em papéis considerados mais frágeis (debêntures, CRIs, FIDCs e letras financeiras).

- Fundos Previdenciários Privados, de natureza aberta e os Fundos de Previdência Complementar dos Regimes Próprios NÃO FALAM EM DÉFICIT pois funcionam como contas individuais.
- Fundos de Pensão fechados: 184 DEFICITÁRIOS

Apesar dos juros abusivos praticados no Brasil

Valor Econômico | Finanças

Número de fundos de pensão com déficit volta a crescer, mas setor tem resultado positivo até junho

Patrimônio total dos fundos de pensão alcançou R$ 1,438 trilhão em junho, ante R$ 1,374 trilhão no fim de 2025; em dez anos, os ativos cresceram 82% em termos nominais

Relação direta entre os Fundos de Pensão e o Sistema da Dívida



farialimanews · Seguir

farialimanews 38 sem

Os fundos de pensão brasileiros registram déficit de R$ 28 bilhões distribuído em 233 planos, segundo o Ministério da Previdência. O valor por si só não compromete a estabilidade do sistema, que administra cerca de R$ 1,4 trilhão em ativos. O ponto crítico está na estrutura que sustentou essa solvência: uma dependência prolongada de juros elevados, cuja reversão começa a expor fragilidades acumuladas ao longo dos últimos anos.

Hoje, cerca de 86% das carteiras estão concentradas em renda fixa, principalmente títulos públicos federais, uma alocação classificada como "aberração" pela própria supervisão do setor. Essa estratégia garantiu estabilidade durante o ciclo de juros altos, mas reduziu a capacidade estrutural de geração de retorno no

ESCÂNDALO DO BANCO MASTER

Fraudes cometidas pelo Banco Master, fartamente comprovadas, escancaram:

- O funcionamento desregulamentado do sistema financeiro possibilita fraudes e provoca crises que atingem todo o sistema financeiro e a economia;
- A falta de controle por parte do Banco Central: - Como um banco que tinha capital de apenas R$ 1,586 bilhão (após o aumento autorizado pelo próprio BC, de cerca de R$ 400 milhões, em outubro de 2025) pode ter gerado um prejuízo de mais de R$ 50 bilhões ao FGC, além de prejuízo de dezenas de bilhões a pelo menos 19 fundos de Previdência de estados e municípios?
- Emissão de papéis podres que percorriam uma sequência de instituições em processo de sobrevalorização fictícia. A cada dia são anunciadas mais fraudes.
- Envolvimento e o apodrecimento de elevadas estruturas de poder, corroídas por deslavada corrupção e enriquecimento ilícito.
- Necessidade de rever a Lei Complementar 179/2021, que concedeu independência ao Banco Central, e barrar a tramitação da PEC 65/2023, que pretende elevar o erro da autonomia do BC para o âmbito constitucional.

Tentativas frustradas de instalar a CPMI do Banco Master

ESCÂNDALO DO BANCO MASTER

3 de abril de 2025



https://www.youtube.com/watch?v=vekp4iBabnQ

3 de setembro de 2025





https://globoplay.globo.com/v/14550702/

FRAUDES ATINGIRAM BANCO PÚBLICO E FUNDOS DE RPPS

ESCÂNDALO DO BANCO MASTER E AS PERDAS PARA A CLASSE TRABALHADORA



Monitor Mercantil

A crise do Banco Master e sua repercussão sobre os regimes próprios de previdência

Futuro das aposentadorias passou a depender do humor do mercado financeiro
Por José Menezes Gomes, Maria Lucia Fattorelli e Rodrigo Ávila

Por **Redação** - 16:52 - 30 de outubro de 2025

https://monitormercantil.com.br/a-crise-do-banco-master-e-sua-repercussao-sobre-os-regimes-proprios-de-previdencia/

- Até o momento, pelo menos 19 fundos de Previdência de Estados e Municípios ficarão com o prejuízo dos papéis podres adquiridos do Master;
- Até o momento, 9 instituições financeiras ligadas ao Master já quebraram: perda de empregos;
- BRB ameaçado de intervenção, coloca em risco milhares de empregos e prejuízo bilionário ao Distrito Federal.

Brasil e Exterior: inúmeros casos de fundos de pensão quebraram por causa do mercado (investimentos temerários), **falta de fiscalização e cálculo atuarial e até corrupção**

• BRASIL: Montepio da Família Militar (MFM), CAPEMI (Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente), APLUB (Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil), Montepio Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica (MONTIENE).

• EXTERIOR, principalmente a partir da crise financeira iniciada em 2007/2008 nos EUA, que levou vários planos à quebra, por exemplo: Planos da Delphi Corporation, Plano do Lehman Brothers, Planos da Indústria Automotiva e Autopeças, além de diversas fornecedoras que não resistiram à queda nas vendas e transferiram seus planos deficitários para o governo entre 2008 e 2009, incluindo Visteon, Lear Corporation, Dura Automotive e Plastech Engineered Products. (Nota: os planos da General Motors e da Chrysler sobreviveram graças ao resgate direto do Tesouro americano).

ALGUNS RISCOS e VULNERABILIDADES

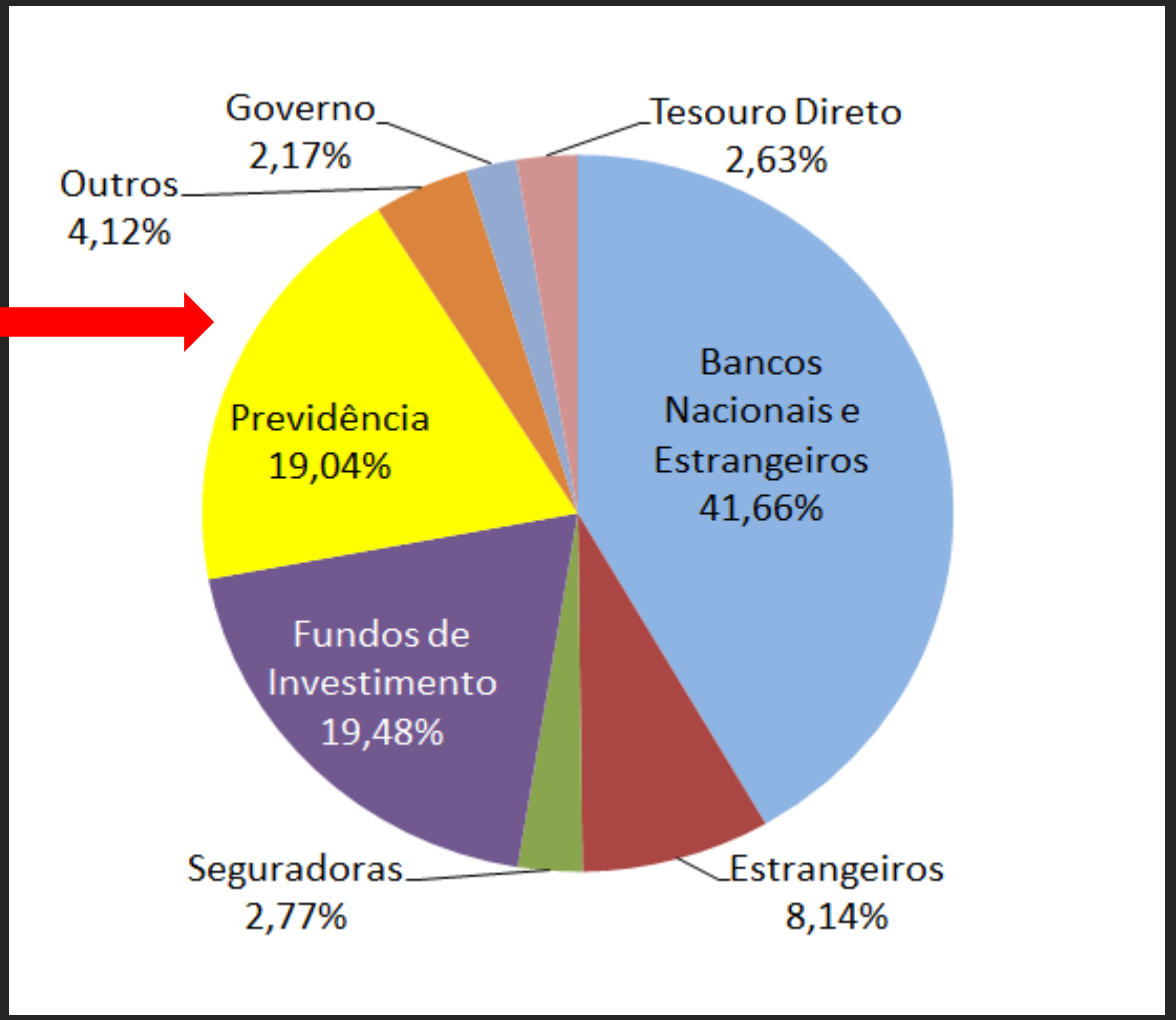
- Falta de garantia acerca da previsibilidade do benefício futuro;
- Risco de quebra dos fundos devido à sua dependência do comportamento do mercado financeiro;
- Previdência privada e/ou fundos previdenciários vinculados ao rendimento de títulos públicos e papéis financeiros submetem a classe trabalhadora a desejar a manutenção do atual modelo econômico injusto, que amarra a economia do país, ao privilegiar juros altos e lucros abusivos ao setor financeiro e outros grandes negócios, muitas vezes nocivos e predatórios, pois os seus benefícios previdenciários ficam condicionados ao rendimento de juros e lucros financeiros;
- Insustentabilidade do SISTEMA DA DÍVIDA.

QUEM SÃO OS DETENTORES DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA (Set/2026)

Inclui previdência privada (aberta)

Fundos de Pensão (fechados) respondem por somente 8% da dívida

Governos se recusam a informar os beneficiários da dívida pública



Tesouro Nacional omite nas suas tabelas as "Operações Compromissadas" e os Depósitos Voluntários Remunerados"

Beneficiários são sigilosos.

Nota: Inclui na fatia dos Bancos as "Operações Compromissadas" e os "Depósitos Voluntários Remunerados", que não constam na tabela do Tesouro Nacional. Fonte: https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao-anexo/29569 (Tabelas 2.7 e 5.4) e https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202610_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Depósitos Voluntários Remunerados - Tabela 4 – Linha 52). Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

INSUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA

Até quando o Tesouro Nacional irá sustentar os mecanismos operados pelo Banco Central, sem justificativa técnica ou científica

CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL PELO TESOURO NACIONAL

Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira (Bilhões de Reais)	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC (Bilhões de Reais)	Soma (Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,3	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,39	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,96
2020	295,03	133,56	428,59
2021	374,53	174,02	548,55
2022	496,92	212,45	709,37
2023	361,16	233,56	594,72
2024	372,81	251,55	624,36
2025	438,04	313,70	751,74
Soma	4.008,46	2.548,97	**6.557,43**

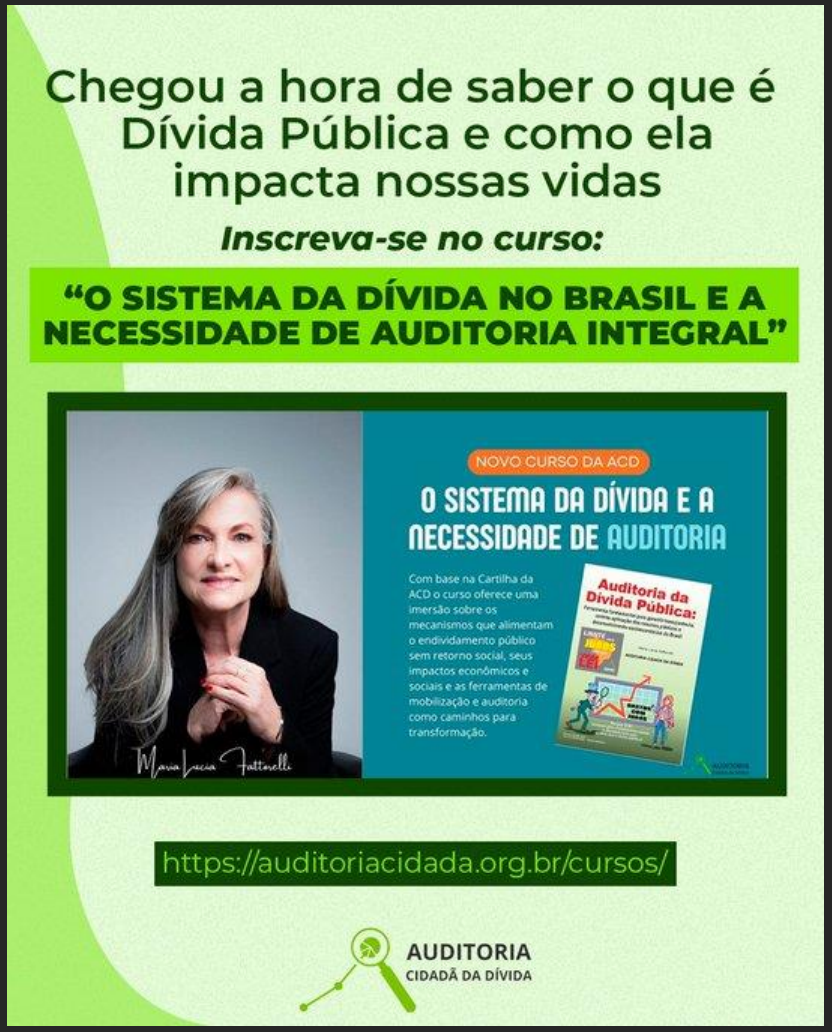
Elaboração própria.

Fonte: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/balanceteslai (Juros pagos pelo Tesouro ao BC – ver balanços de dezembro de cada ano – Tabela "Receitas com Juros" – "Em Moeda Local" – "Títulos")
e
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2691:2:0: **No campo "Tipo de Leilão", escolher a opção "Venda". Não selecionar o campo "Tipo de Título". No Campo "Período do Leilão", digitar a data inicial e final do período a ser pesquisado. Clicar em "Pesquisar". Posteriormente, ao aparecerem os dados, clicar na opção "Exportar para CSV". Ao aparecer a planilha para baixar, fazer o download e somar os valores correspondentes à última coluna "Financeiro para Bacen (R$)".**

Qual é a saída: participar da luta da Auditoria Cidadã da Dívida, tendo em vista que:

- Todas as contrarreformas da Previdência usaram a chamada dívida pública como justificativa para a progressiva retirada de direitos da classe trabalhadora;
- A classe trabalhadora precisa se empoderar do conhecimento sobre o Sistema da Dívida e seus mecanismos financeiros, os quais geram dívida pública sem contrapartida alguma ao país, e essa dívida ilegítima passa a servir de justificativa para planos de ajuste fiscal, privatizações e contrarreformas, prejudicando toda a sociedade e a economia do país;
- É imprescindível exigir auditoria da dívida com participação social para que os recursos públicos se destinem ao nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
- A auditoria da dívida irá identificar quais são os beneficiários da dívida pública federal, que atualmente atinge o estoque de R$ 12,2 TRILHÕES, dos quais menos de 8% (R$ 922 bilhões) são detidos por Fundos de Pensão (Entidades Fechadas de Previdência Complementar). Ou seja, a auditoria serve exatamente para separar os grandes beneficiários dessa dívida dos pequenos aplicadores, dando o devido tratamento a cada um. Fontes: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:17525 – Anexo 2.1 - https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/painel-estatistico-da-previdencia-complementar

CONHECIMENTO PARA FORTALECER A MOBILIZAÇÃO SOCIAL



https://auditoriacidada.org.br/cursos/

- Compreenda o que é o Sistema da Dívida e seus impactos na vida da população;
- Entenda por que faltam recursos para áreas essenciais, apesar da riqueza do país;
- Curso 100% EAD, com linguagem acessível, avaliação final e certificado.

INSCRIÇÕES ABERTAS

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

